Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Operação Solo Sagrado desmancha rede de ouro ilegal em terra indígena de Mato Grosso

Polícia Federal, MPF e Receita Federal desarticulam esquema que movimentou R$ 20 milhões com exploração mineral ilícita.

O Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal realizaram operação conjunta nesta terça-feira (18) com foco em desarticular organização criminosa dedicada à extração clandestina de ouro na Terra Indígena Sararé, em Mato Grosso. A investigação revelou que o grupo utilizava empresas, cooperativas e mecanismos financeiros sofisticados para mascarar a origem ilegal do minério e inseri-lo no mercado formal.

A ação, denominada Operação Solo Sagrado, contou com a participação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do MPF em Mato Grosso. Por meio de colaboração institucional, os investigadores conseguiram cruzar dados policiais, informações bancárias, registros fiscais, dados patrimoniais e evidências telemáticas. O trabalho de inteligência demonstrou que a estrutura criminosa atuava em toda a cadeia ilícita, desde o financiamento da garimpagem até a comercialização final do ouro.

Durante o cumprimento de mandados, foram realizadas dez buscas e apreensões, além de uma prisão preventiva. As autoridades também executaram decisões judiciais que afastaram os sigilos bancário e fiscal dos investigados, além de determinar o sequestro de bens e valores relacionados ao esquema.

O objetivo das medidas é paralisar as operações financeiras do grupo criminoso, coletar provas, localizar outros participantes da rede ilícita e recuperar patrimônio obtido através da mineração clandestina. Conforme apurado, somente um dos setores financeiros da organização movimentou aproximadamente R$ 20,5 milhões no período entre 2022 e 2025. Adicionalmente, foram rastreados mais de R$ 3,5 milhões em transações oriundas de plataformas de pagamento digital e empresas de serviços financeiros.

O funcionamento do esquema dependia de um processo sofisticado de legitimação. O minério era adquirido diretamente de garimpeiros ou comerciantes intermediários, passando posteriormente por diversos atores da cadeia comercial até chegar a empresas formalmente registradas no setor mineral. A investigação identificou a participação de cooperativas no esquema, que funcionavam como ferramentas para conferir aparência lícita ao ouro extraído ilegalmente, permitindo sua venda como produto legal no mercado.

A manutenção das operações de garimpo exigia logística complexa e custosa, envolvendo equipamento pesado como escavadeiras hidráulicas, veículos especializados para transporte, fornecimento contínuo de combustível, peças de reposição, serviços de manutenção em oficinas e deslocamento de maquinário entre pontos de exploração.